

# COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Concurso Público para Provimento de Cargos de

## ANALISTA – PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO FINANCEIRA

P R O V A

Conhecimentos Específicos

Redação

### I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 50 questões de múltipla escolha, numeradas de 1 a 50.
  - contém 2 temas de redação.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.
- redigir a redação no espaço reservado para rascunho.
- passar a redação a limpo, na Folha de Redação, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Redação.
- Em nenhuma hipótese o rascunho da redação será corrigido.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a Folha de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**  
**CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA**

1. As peças de reposição de equipamentos que possuam disponibilidade normal no mercado, vida útil e valor econômico não vinculados à vida útil e ao valor econômico do equipamento original devem ser classificadas como

- (A) Despesa de Capital.
- (B) Estoques.
- (C) Depreciação.
- (D) Imobilizado.
- (E) Despesa Operacional.

2. São classificados como custos primários

- (A) matéria-prima e componentes adquiridos.
- (B) custos diretos e indiretos.
- (C) mão-de-obra direta e indireta.
- (D) matéria-prima e depreciações.
- (E) mão-de-obra direta e matéria-prima.

3. O aumento do Capital Social com utilização de saldos de Reservas de Lucros e Lucros/Prejuízos Acumulados é

- (A) um aumento das origens do capital circulante líquido.
- (B) considerado uma entrada de recursos no fluxo de caixa indireto.
- (C) demonstrado na Demonstração dos Lucros/Prejuízos Acumulados.
- (D) uma entrada de recurso que aumenta o total do Patrimônio Líquido.
- (E) evidenciado na Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.

4. O consumo de ativos ligado direta ou indiretamente à obtenção da receita é denominado

- (A) investimento.
- (B) perda.
- (C) desembolso.
- (D) despesa.
- (E) custo de absorção.

5. São alternativas para avaliar ativos a valores de saída:

- (A) fluxo de caixa descontado e valor de liquidação.
- (B) valor líquido de realização e custo corrente.
- (C) custo histórico corrigido e valor de liquidação.
- (D) custo de reposição e fluxo de caixa descontado.
- (E) custo histórico e custo histórico corrigido.

6. Uma determinada empresa realiza uma operação de aquisição de 15.000.000 a es de sua própria emissão. Esse evento contábil deverá ser

- (A) explicitado no relatório do Conselho de Administração, justificando o objetivo da operação, sem a necessidade de destaque para espécie e classe das a es.
- (B) contabilizado a crédito de conta de reserva, criada especificadamente para este fim e avaliada para efeito de registro com base na última cotação em balcão.
- (C) evidenciado em notas explicativas indicando o custo médio ponderado de aquisição, bem como os custos mínimos e máximos.
- (D) considerado para registro contábil como um retorno de capital e contabilizado a crédito de conta de reserva própria, criada especificadamente para este fim.
- (E) evidenciado apenas no relatório do Conselho de Administração, indicando o custo médio ponderado de aquisição, bem como os custos mínimos e máximos.

Instruções: Utilize as informa es a seguir para responder às questões de números 7 e 8.

I. Os registros contábeis da Cia Miramar, empresa de capital aberto, acusam uma operação de financiamento de importação de máquinas, contratada em 01.07.20x0 no valor de US\$ 10.000.000, pelo prazo de 10 anos, carência de 5 anos e juros semestrais de 3% a.s. pagáveis no último dia útil do mês de vencimento.

II. A flutuação do dólar de 01.07.20x0 a 31.12.20x1 foi:

01.07.20x0	30.09.20x0	31.12.20x0	31.03.20x1
1,00	1,20	1,20	1,50

7. Na elaboração da Demonstra o de Origens e Aplicações de Recursos da empresa em 31.12.20x0, o procedimento técnico utilizado quanto ao valor a ser registrado na rubrica Despesas de Correção Cambial será:

- (A) a adição do valor dessa correção cambial ao resultado contábil apurado, ajustando-o, para a efetiva identificação do efeito gerado pelo resultado da empresa na apuração das origens/aplicações de recursos do período.
- (B) a evidenciação do valor da atualização do saldo devedor apenas em notas explicativas complementares, uma vez que a correção cambial não altera os itens circulantes do balanço patrimonial e, portanto, não gera efeito sobre o Passivo Circulante.
- (C) considerar apenas o valor do resultado líquido, apresentado na Demonstra o de Resultado do Exercício do período, para apurar o impacto do resultado do exercício nas origens/aplicações de recursos do período examinado.
- (D) verificar se os cálculos da variação cambial correspondem efetivamente   flutuação da moeda ocorrida no período examinado, uma vez que a ocorrência dessa despesa não altera em nenhuma hipótese o Capital Circulante Líquido.
- (E) a dedução do efeito da flutuação da moeda do resultado líquido apurado no período examinado, tendo em vista que a contrapartida da correção cambial é feita no exigível de longo prazo, não afetando o Capital Circulante Líquido.

8. Os juros incidentes no contrato de financiamento devem ser

- (A) mensalmente calculados e debitados em conta de despesa e creditados em conta do passivo circulante.
- (B) reconhecidos como despesas financeiras apenas no momento em que forem efetivamente pagos.
- (C) controlados em razão extra-contábil e registrados somente na ocasião em que ocorrer o efetivo pagamento.
- (D) registrados a competência do período, mesmo que não pagos, em conta do passivo exigível a longo prazo.
- (E) debitados mensalmente no ativo permanente em contrapartida da conta de despesas operacionais.

<p><b>Instruções:</b> Utilize as informações a seguir para responder às questões de números 9 e 10.</p> <p>A Cia Lance Alto, em 31.12.20x1, possuía em seus ativos uma máquina industrial cujo custo histórico era de R\$ 10 milhões e a respectiva depreciação acumulada correspondia a 80% desse valor. Em 02.01.20x2, ao registrar a reavaliação desse item, adiciona à conta de Máquinas e Equipamentos o valor de R\$15 milhões, de acordo com o laudo de avaliação, o qual também indica como vida útil remanescente do bem em questão 5 anos.</p> <p>9. O valor a ser registrado como depreciação do ano de 20x2 seria:</p> <p>(A) R\$ 1.000.000 (B) R\$ 1.500.000 (C) R\$ 3.000.000 (D) R\$ 3.400.000 (E) R\$ 5.000.000</p>	<p>13. A distribuição de dividendos efetuada por companhia controlada ocasiona na controladora</p> <p>(A) o registro de uma conta corretiva do item Investimentos. (B) um aumento do resultado de equivalência patrimonial. (C) um acréscimo na participação societária. (D) uma receita operacional de ganhos com investimentos. (E) uma diminuição no item de investimentos permanentes.</p>
<p>10. Em 31.12.20x2, para registrar a reavaliação desse ativo, a empresa deve utilizar o procedimento contábil de</p> <p>(A) creditar a conta Reserva de Capital. (B) debitar a conta do Imobilizado. (C) creditar a conta Depreciação Acumulada. (D) debitar a conta de Reserva de Reavaliação. (E) creditar a conta Reserva de Lucros a Realizar.</p>	<p>14. Na elaboração das Demonstrações Consolidadas, o valor correspondente a resultados não realizados deve ser</p> <p>(A) lançado a crédito da conta Lucros/Prejuízos Acumulados. (B) estornado somente se decorrentes de operações realizadas pelas empresas controladas. (C) contabilizado como débito no Patrimônio Líquido e crédito de conta de Ativo. (D) evidenciado em notas explicativas, se identificado nos Ativos da controladora. (E) registrado em conta corretiva do Patrimônio Líquido e controlado extracontabilmente.</p>
<p>11. Identifique nas afirmações a seguir aquela que NÃO é verdadeira.</p> <p>(A) As modificações de critérios contábeis que resultarem em efeitos relevantes na apuração dos resultados da empresa deverão ser quantificadas e evidenciadas em notas explicativas. (B) A publicação da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido não é obrigatória pela Lei nº 6.404/76. (C) Todas as sociedades anônimas, independentemente de serem abertas ou fechadas, são obrigadas a elaborar e publicar a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos. (D) Correspondem a itens de redução do valor do Patrimônio Líquido os juros sobre o capital próprio, creditados ou pagos em um determinado período. (E) Do resultado positivo apurado em um exercício contábil, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.</p>	<p>15. A empresa Albatroz tem em seu parque industrial capacidade instalada para processar o equivalente a 4 toneladas de fertilizantes agrícolas ao mês. Esta capacidade, ao longo dos últimos 5 anos, tem se mostrado superior em 10% ao que regularmente a empresa processa. No último exercício, em virtude de uma anormal crise econômica no país no qual a empresa opera, sua produção tem sido 25% abaixo da sua capacidade instalada. Se a empresa opera com uma ociosidade de 25% em relação a sua capacidade instalada, pode-se concluir que 10% é a sua ociosidade normal e os 15% restantes é a sua capacidade ociosa excedente.</p> <p>Levando em consideração o que anteriormente foi exposto, a capacidade ociosa deve sofrer o seguinte tratamento contábil:</p> <p>(A) capacidade ociosa excedente deveria ser lançada diretamente ao resultado do período em uma despesa operacional. (B) capacidade ociosa normal deve ser lançada aos estoques para, posteriormente, ser apropriada ao Custo do Produto Vendido; a ociosidade excedente deve ser lançada a uma despesa não operacional no período em que ocorrer. (C) capacidade ociosa normal e capacidade ociosa excedente, por não estarem ligadas diretamente à produção de produtos, devem ser lançadas ao resultado do exercício, quando ocorrerem, em uma despesa não operacional. (D) capacidade ociosa excedente e a capacidade ociosa normal devem ser transferidas aos estoques de produtos acabados, para posteriormente serem apropriadas ao custo da produção vendida. (E) capacidade ociosa não é mensurada, não podendo ser lançada em estoques, custo da produção vendida ou despesas não operacionais.</p>
<p>12. A existência de ônus reais sobre os elementos dos ativos e de fatos contingentes, cujo valor ou probabilidade for de difícil mensuração, devem ser</p> <p>(A) evidenciados em notas explicativas. (B) controlados apenas de forma extra-contábil. (C) registrados como contas corretivas do PL. (D) contabilizados sempre nos itens de longo prazo. (E) identificados apenas em seu aspecto jurídico.</p>	

<p>16. De acordo com o pronunciamento IASB nº 21 – “Contabilização dos efeitos das mudanças nas taxas cambiais” – a forma utilizada para converter demonstrações financeiras está relacionada à classificação da empresa em “Entidade estrangeira” ou “Parte integrante das operações da Matriz”.</p> <p>Todas as alternativas abaixo fazem parte da referida classificação, EXCETO:</p> <p>(A) Mão de obra, materiais e outros custos de produção da operação estrangeira são predominantemente custos locais ou depende a operação estrangeira de produtos e serviços obtidos principalmente do país no qual a Matriz está localizada.</p> <p>(B) Há pouco inter-relacionamento entre as atividades do dia-a-dia da operação estrangeira e as da Matriz ou as transações inter-companhias com a Matriz representam uma alta proporção das atividades do dia-a-dia da operação estrangeira.</p> <p>(C) As atividades do dia-a-dia da operação estrangeira são financiadas principalmente pelas suas próprias operações ou os empréstimos locais dependem principalmente do financiamento proporcionado pela Matriz.</p> <p>(D) O mercado da operação estrangeira está principalmente fora do país da Matriz ou dentro dele.</p> <p>(E) As operações da filial estrangeira são administradas por pessoal nomeado pela Matriz ou a administração é feita por meio de pessoal local.</p>	<p>19. Uma empresa utiliza o Custeio por Absorção departamentalizado, onde os custos dos departamentos de serviços são alocados aos departamentos produtivos para posterior apropriação aos produtos produzidos. A empresa necessita, neste exercício, alterar seu critério de custeio de absorção para custeio direto. Se restar parte da produção em estoque, a alteração do critério de custeio implicará em apropriar ao custo do produto vendido</p> <p>(A) os custos diretos variáveis de fabricação, bem como os custos indiretos de fabricação fixos e variáveis.</p> <p>(B) os custos diretos variáveis, bem como os custos indiretos variáveis.</p> <p>(C) somente os custos diretos variáveis.</p> <p>(D) todos os custos diretos e indiretos de fabricação.</p> <p>(E) somente os custos indiretos variáveis.</p>
<p>17. Os estoques de produtos fungíveis são avaliados pelo</p> <p>(A) custo histórico de aquisição atualizado monetariamente.</p> <p>(B) valor de mercado.</p> <p>(C) custo padrão, sem inclusão das variações do padrão.</p> <p>(D) custo padrão, com a inclusão das variações do padrão.</p> <p>(E) valor histórico de formação menos fator de obsolescência.</p>	<p>20. A empresa Aliança, nos últimos 5 anos, vem acumulando prejuízos. A Administração, reunida elencou algumas razões que justificam esses prejuízos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– As decisões de preços são tomadas erroneamente em função de falha no fluxo de informações.</li> <li>– O processo produtivo gera alto grau de rejeitos.</li> <li>– A Diretoria toma decisões baseadas em informações desatualizadas.</li> </ul> <p>A Administração, verificando tais fatos, decidiu investir em uma completa reorganização nas áreas de vendas, de produção e financeira. Desta forma, contratou profissionais que propuseram uma completa modificação no fluxo de informações da empresa e alterações no processo produtivo.</p>
<p>18. Uma empresa está alterando seu custo de Real para Padrão. Esta alteração prende-se ao fato de a empresa acreditar que o custo Padrão gerencialmente aumenta sua capacidade de gestão dos custos fabris.</p> <p>As alterações de custo Real para custo Padrão levarão a empresa a evidenciar seus estoques</p> <p>(A) valorizados pelo custo Padrão, não guardando qualquer semelhança com o custo Real.</p> <p>(B) valorizados pelas medidas físicas determinadas pela engenharia fabril e valorizados monetariamente pela área financeira.</p> <p>(C) valorizados a custo Padrão juntamente com suas variações e terão o mesmo valor do que se estivessem valorizados a custo Real.</p> <p>(D) valorizados pelo custo Real, em razão do custo padrão não ser aplicado aos estoques.</p> <p>(E) valorizados pelo custo Padrão, que tendem a ser maiores do que os estoques valorizados a custo Real.</p>	<p>Os gastos incorridos com esta consultoria bem como os gastos advindos das alterações no fluxo de informações propostos pelos consultores devem receber o seguinte tratamento contábil:</p> <p>(A) lançados para resultado no momento que ocorrerem em razão da empresa já estar em funcionamento.</p> <p>(B) registrados no grupo de Investimentos e no Ativo Circulante.</p> <p>(C) contabilizados no Ativo Permanente e amortizados de acordo com a geração dos benefícios futuros.</p> <p>(D) apropriados no Ativo Realizável a Longo Prazo, pois tem características de longo prazo.</p> <p>(E) apropriados aos custos dos produtos vendidos no exercício em que forem gerados os gastos.</p>

<p>21. A empresa Morro Azul está inserida em uma economia inflacionária, onde preços e custos são reajustados de acordo com índices inflacionários.</p> <p>Recentemente, foram apresentados dois relatórios à Diretoria, os quais referiam-se ao mesmo período de apuração e traziam como principal característica a diferença no cálculo do Custo das Mercadorias Vendidas.</p> <p>Em análises efetuadas, verificou-se que a diferença referia-se ao critério utilizado para fazer as baixas dos materiais em estoque e sua respectiva apropriação ao Custo das Mercadorias Vendidas. O relatório produzido pela contabilidade de custo mostrava um Lucro Bruto maior do que o apresentado pela Controladoria. Levando-se em consideração que os preços de venda utilizados são os mesmos, o critério de apropriação dos materiais contábeis que gera o maior Lucro Bruto é:</p> <p>(A) UEPS.  (B) Médio ponderado móvel.  (C) Médio ponderado fixo.  (D) PEPS.  (E) Custeio de reposição.</p>	<p>24. No programa de auditoria para exames dos sistemas de PED, o auditor <u>NÃO</u> deverá considerar o exame</p> <p>(A) de segurança dos sistemas.  (B) da estrutura dos sistemas.  (C) da confiabilidade dos sistemas.  (D) da integração dos sistemas.  (E) da agilidade dos sistemas.</p>
<p>22. A empresa Vale Velho adquiriu estoques de produtos para serem revendidos no mercado local. Esses estoques foram contabilizados pelo seu valor de compra. Em função de uma forte alteração nas condições de mercado, devido ao ingresso de vários concorrentes, os estoques da empresa estão contabilizados acima do valor atual de mercado.</p> <p>Nessas condições, a empresa deveria proceder ao seguinte ajuste contábil:</p> <p>(A) lançar a diferença do preço de custo e o preço de mercado em uma conta redutora do grupo Estoques.  (B) não efetuar qualquer lançamento, aguardando a venda dos produtos para, então, realizar a perda.  (C) lançar a diferença entre custo ou mercado, dos dois o menor, para o grupo de Resultado de Exercícios Futuros.  (D) contatar os concorrentes com o objetivo de alterar o preço, de forma a eliminar as possíveis perdas.  (E) a empresa deveria devolver esses estoques aos fornecedores.</p>	<p>25. O auditor da CVM, ao analisar as demonstrações financeiras de uma companhia aberta, constatou que esta havia adquirido debêntures de sua própria emissão. Com relação às condições deste tipo de operação, está de acordo com os dispositivos da Lei nº 6.404/76:</p> <p>(A) valor superior ao nominal, divulgando o fato no relatório de administração e nas demonstrações contábeis.  (B) valor de mercado superior ao nominal, divulgando o fato em notas explicativas e nas demonstrações financeiras.  (C) valor nominal mais prêmio adicional, divulgando o fato no relatório de administração e nas demonstrações financeiras.  (D) valor igual ao nominal mais prêmio adicional, divulgando o fato no relatório de administração e nas demonstrações contábeis.  (E) valor inferior ao nominal, divulgando o fato no relatório de administração e nas demonstrações financeiras.</p>
<p>23. O auditor da CVM, ao efetuar fiscalização nas demonstrações financeiras do Banco Depósito S.A., constatou que o auditor responsável pelas demonstrações contábeis, objeto da fiscalização, possui parentesco em primeiro grau com o contador da empresa auditada. Nesse caso, para atender à Lei nº 6.404/76 e às normas da CVM, os trabalhos de auditoria serão considerados:</p> <p>(A) anuláveis.  (B) válidos.  (C) corretos.  (D) justificáveis.  (E) nulos.</p>	<p>26. A contabilidade pública diferencia-se da contabilidade empresarial por enfatizar</p> <p>(A) resultado econômico.  (B) restos a pagar.  (C) aspectos orçamentários.  (D) Patrimônio Líquido (Saldo Patrimonial).  (E) sistema compensado.</p> <p>27. O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, NÃO tem como um de seus objetivos permitir</p> <p>(A) o controle das transferências constitucionais negociadas.  (B) o registro contábil dos balancetes dos Estados, Municípios e Distrito Federal.  (C) o acompanhamento financeiro do orçamento em nível analítico.  (D) que a contabilidade pública seja fonte segura e tempestiva de informações dos Estado e Municípios a cada uma das suas operações realizadas.  (E) o acompanhamento físico do orçamento em nível analítico.</p>

Instruções para as questões de números 28 a 30.

Estas questões deverão ser respondidas atendendo ao indicado em cada uma delas, relacionado com os demonstrativos contábeis resultantes das operações a seguir:

Saldos iniciais: Bancos 30, Restos a Pagar 5, Dívida Fundada 20, Valores Nominais Emitidos 30, Contrapartida de Valores Emitidos 30, Saldo Patrimonial 5.

1. Orçamento aprovado para o exercício:

a) Receita Prevista	
Impostos	80
Operações de Crédito	<u>20</u>
	<u>100</u>
b) Despesa Fixada	
Pessoal	50
Material de Consumo	20
Amortização da Dívida	7
Encargos de Dívidas	<u>3</u>
	<u>80</u>

2. Arrecadação do Período: Impostos 90; Operações de Crédito previstas no orçamento pela colocação de Apólices 20; Operações de Crédito para atender insuficiência de tesouraria no valor de 7, sendo recebido o valor líquido de 4 após dedução dos encargos; e venda de material do almoxarifado pelo seu valor contábil 2. Total recebido de 116.

3. Despesa empenhada e liquidada no exercício: de pessoal 45, de material de consumo entregue ao almoxarifado 18, amortização da dívida fundada 7, encargos financeiros 3. Total empenhado e liquidado 73.

4. Da despesa liquidada deixou de ser pago no exercício o valor de 10 e foram retidas consignações no valor de 5, embora destas tenha sido recolhido às consignatórias o valor de 2 e resgatada a antecipação de receita 7. Total pago 64.

5. Recebido bem móvel por doação no valor de 6; corrigida a dívida fundada por 4, e consumido material de consumo do almoxarifado no valor de 13. Impostos encaminhados para cobrança executada 11.

28. Receita Extra-Orçamentária:

- (A) 5
- (B) 7
- (C) 10
- (D) 15
- (E) 22

29. Total do Balanço Patrimonial:

- (A) 102
- (B) 112
- (C) 122
- (D) 135
- (E) 145

30. Resultado Patrimonial:

- (A) 33
- (B) 40
- (C) 42
- (D) 45
- (E) 47

**ORÇAMENTO E FINANÇAS**

31. Deixam comercialmente de se submeter à Lei nº 4.320/64, relativamente ao aspecto orçamentário, por obrigar-se, nesse sentido, à Lei nº 6.404/76:

- (A) as empresas públicas.
- (B) as autarquias.
- (C) as fundações públicas.
- (D) os fundos especiais.
- (E) os órgãos autônomos.

Instruções para as questões 32 e 33.

Uma entidade de direito público apresentou no encerramento do exercício os seguintes valores: Créditos Fixados no orçamento 120, Créditos Adicionais Abertos 30, Créditos Anulados 5, Economia Orçamentária 15, Despesa Liquidada Paga 90, Despesa Liquidada a Pagar 30, Despesa Paga 90.

32. O total dos restos a pagar apurados no encerramento do exercício foi de:

- (A) 10
- (B) 20
- (C) 30
- (D) 40
- (E) 50

33. O valor dos restos a pagar não processados foi de:

- (A) 10
- (B) 20
- (C) 30
- (D) 40
- (E) 50

<p>34. A diferença positiva apurada no fim do exercício financeiro entre as disponibilidades acrescidas dos realizáveis financeiros e a dívida flutuante, subtraídos os créditos transferidos do período anterior e adicionadas as operações de crédito a realizar vinculadas a esses créditos transferidos, vem a ser o</p> <p>(A) resultado da execução orçamentária.</p> <p>(B) resultado do disponível.</p> <p>(C) resultado de previsão orçamentária.</p> <p>(D) superávit financeiro utilizável.</p> <p>(E) resultado patrimonial líquido.</p>	<p>38. Em sua concepção, aproxima-se do planejamento operacional</p> <p>(A) o Plano Plurianual.</p> <p>(B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>(C) o Orçamento Anual.</p> <p>(D) os programas subordinados a cada subfunção da classificação funcional.</p> <p>(E) os planos e programas gerais, setoriais e regionais presentes na Constituição.</p>
<p>35. A legislação de normas de Direito Financeiro que referenciou ordenadores de despesas de forma ampla e específica é</p> <p>(A) a Constituição Federal.</p> <p>(B) o Decreto-lei nº 200/67 (Reforma Administrativa Federal de 1967).</p> <p>(C) a Lei nº 4.320/67.</p> <p>(D) o Decreto Federal nº 93.872/96.</p> <p>(E) a Lei nº 101/200 (Lei de Responsabilidade Fiscal).</p>	<p>39. É transação que caracteriza o regime financeiro de caixa</p> <p>(A) o reconhecimento de um crédito tributário como variação patrimonial, após inscrito com dívida ativa para encaminhamento em cobrança executiva.</p> <p>(B) o reconhecimento de créditos não tributários como variação patrimonial, no vencimento.</p> <p>(C) o registro contábil das receitas patrimoniais para determinação dos devedores, objetivando-se fiscalizar sua efetiva arrecadação.</p> <p>(D) a receita orçamentária lançada, vencida ou não, reconhecida no resultado patrimonial.</p> <p>(E) a conversão de depósito (caução) em multa, pelo descumprimento de contrato de compra pelo vencedor da licitação.</p>
<p>36. A Constituição Federal, ao estabelecer que os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa, refere-se à destinação dos recursos</p> <p>(A) do superávit financeiro.</p> <p>(B) do excesso de arrecadação.</p> <p>(C) do saldo do orçamento.</p> <p>(D) da economia orçamentária.</p> <p>(E) do superávit da execução orçamentária.</p>	<p>40. O empenho é conceituado legalmente como ato emanado da autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição dele defluindo. A emissão da nota de empenho dele deflui e indica: o credor, a especificação e importância da despesa, bem como a posição do respectivo crédito orçamentário, excetuados os casos de pronto pagamento em regime de adiantamento. O empenho se consuma com a</p> <p>(A) assinatura do instrumento de contrato ou outro hábil para substituí-lo.</p> <p>(B) autorização do fornecimento ou da prestação.</p> <p>(C) liquidação da despesa.</p> <p>(D) ordem de pagamento exarada.</p> <p>(E) emissão de nota de empenho.</p>
<p>37. A elaboração do orçamento, objetivando uma ação integrada, articulada e racional, processa-se</p> <p>(A) de forma centralizada.</p> <p>(B) em sentido descendente e ascendente.</p> <p>(C) em sentido vertical e descendente.</p> <p>(D) em sentido essencialmente horizontal.</p> <p>(E) em sentido vertical ascendente.</p>	

<p>41. Tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, a liquidação da despesa objetiva a</p> <p>(A) exata classificação da despesa.</p> <p>(B) emissão da nota de empenho.</p> <p>(C) verificação do direito adquirido pelo credor.</p> <p>(D) certificação da entrega do material ou prestação do serviço ou encargo.</p> <p>(E) existência ou não do contrato, em se tratando de fornecimentos ou prestação de serviços.</p>	<p>45. A autorização de uma unidade orçamentária a uma unidade administrativa subordinada processar despesas orçamentárias denomina-se</p> <p>(A) destaque.</p> <p>(B) provisão.</p> <p>(C) repasse.</p> <p>(D) subrepasse.</p> <p>(E) suprimento de fundos.</p>
<p>42. Há dispensa de prévia autorização legislativa para a abertura por decreto-executivo ou por medida provisória, em se tratando de crédito</p> <p>(A) suplementar.</p> <p>(B) suplementar e especial.</p> <p>(C) suplementar e extraordinário.</p> <p>(D) extraordinário.</p> <p>(E) especial.</p>	<p>46. Exige “reconhecimento”, para os fins de seu processamento como “despesas de exercícios anteriores”,</p> <p>(A) os restos a pagar com prescrição interrompida.</p> <p>(B) os restos a pagar reclamados pelo credor após sua baixa contábil.</p> <p>(C) os restos a pagar prescritos a serem pagos por liberalidade da administração.</p> <p>(D) as despesas não processadas oportunamente, mas que deixaram saldo no respectivo crédito no exercício de sua execução.</p> <p>(E) o acolhimento por autoridade competente de despesas de utilidade pública e outras, não empenhadas no exercício anterior.</p>
<p>43. A soma do excesso de arrecadação que constou do balanço orçamentário do exercício foi de 50, incluindo excessos às operações de crédito autorizadas para créditos adicionais especiais, no valor de 10 e 10 de fundo especial aplicado nas respectivas despesas do exercício. No exercício também foi aberto um crédito extraordinário no valor de 10. Assim, o excesso de arrecadação que poderia ter sido utilizado nesse exercício seria de</p> <p>(A) 10</p> <p>(B) 20</p> <p>(C) 30</p> <p>(D) 40</p> <p>(E) 50</p>	<p>47. A LRF estabelece que não podem ser utilizados recursos públicos para socorrer instituições do SFN, salvo mediante lei específica. Essa restrição não se aplica à presunção de insolvência e outros riscos a cargo de fundos e ao BCB, em relação às operações</p> <p>(A) de redesconto e de empréstimos de prazo inferior a um ano calendário civil.</p> <p>(B) de desconto de títulos das instituições do SFN.</p> <p>(C) de empréstimos com garantia real.</p> <p>(D) ativas em geral.</p> <p>(E) passivas em geral.</p>
<p>44. A descentralização de recursos financeiros processa-se a partir</p> <p>(A) do superávit financeiro.</p> <p>(B) do excesso de arrecadação.</p> <p>(C) do suprimento de fundos.</p> <p>(D) da unidade de tesouraria.</p> <p>(E) dos destaques.</p>	

48. Considerando que as disponibilidades a serem aplicadas em despesas orçamentárias, segundo o artigo 43, § 1º, inciso I e § 2º da Lei nº 4.320/64, constituem-se na diferença positiva entre o ativo e o passivo financeiros, dela deduzido o valor dos créditos reabertos (§ 8º, art. 166 da CF c.c. art. 45 da Lei nº 4.320/64) e acrescido o valor das operações de crédito a realizar vinculadas a esses créditos reabertos. Considerando que a LRF, objetivando coibir déficits financeiros decorrentes da contração de obrigações de despesa a partir do primeiro quadrimestre do último ano de um mandato, estabeleceu em seu artigo 42, ser vedado contrair obrigações de despesas: a) que não possam ser pagas até 31/12 desse mandato; b) ou com parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem disponibilidade de caixa, deduzidos desta os encargos e despesas orçamentárias compromissados a pagar até essa data. Considerando, ainda, que o artigo 41 da LRF que continha em seu § 3º comando para cancelamento dos empenhos não liquidados e não inscritos em restos a pagar fossem cancelados foi integralmente vetado. A LRF, dessa forma, prescreveu para o equilíbrio entre a receita e a despesa, a adoção de uma política

- (A) indiscriminada de anulação de empenhos para sua não inscrição como restos a pagar.
- (B) de incremento da arrecadação.
- (C) de não empenhamento a partir do primeiro quadrimestre do último ano do mandato, de despesas, mesmo que já realizadas, quando excedessem às disponibilidades não comprometidas até 31 de dezembro.
- (D) de empenhamento no exercício subsequente das despesas já realizadas no exercício.
- (E) de contenção (limitação de empenho) de despesas.

49. As operações de crédito por antecipação de receita destinadas a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro, realizadas a partir de 10 de janeiro, deverão ser resgatadas no próprio exercício até

- (A) 10 de dezembro.
- (B) 15 de dezembro.
- (C) 20 de dezembro.
- (D) 31 de dezembro.
- (E) o primeiro dia do segundo mês do exercício subsequente ao que foram realizadas.

50. Objetivam a utilização da dotação específica e no exercício em que a despesa foi fixada, não possa, de pronto, ser atendida por dotação específica do exercício seguinte, uma vez nela não contemplada

- (A) os créditos especiais reabertos.
- (B) os créditos extraordinários reabertos.
- (C) os créditos transferidos do exercício anterior.
- (D) os restos a pagar processados.
- (E) os restos a pagar não processados.

## REDAÇÃO

1. Escolha UMA das propostas abaixo apresentadas.
2. Exponha suas idéias sobre o tema escolhido.
3. A redação deve ter a extensão mínima de 30 linhas e máxima de 40, considerando-se letra de tamanho regular.

### PROPOSTA I

Num de seus contos mais irônicos, Machado de Assis afirma que os homens só se associam para que cada um proteja de modo mais eficaz seus interesses puramente particulares.

Concorda com a afirmação de Machado de Assis? Argumente, de modo claro e organizado, em favor da posição que você defende.

### PROPOSTA II

Imagine que você participou de uma reunião na qual se discutiu a seguinte pauta:

- diagnóstico das atuais condições em que opera o mercado acionário;
- prognóstico do comportamento do mercado nos próximos dias;
- medidas a serem tomadas, tendo em vista o interesse dos acionistas.

Escreva um **relatório**, destinado a seu superior, no qual você detalhe e circunstancie cada um dos elementos dessa pauta.



# COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Concurso Público para Provimento de Cargos de

## ANALISTA – PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO FINANCEIRA

P R O V A

Conhecimentos Específicos  
Complementares

Conhecimentos Gerais

### I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 70 questões de múltipla escolha, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS COMPLEMENTARES

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Segundo Max Weber, as características do chamado tipo puro burocrático e o “modelo de dominação política” a ele correspondente são:
  - (A) Características: vínculo prioritariamente profissional ao cargo, hierarquia, competências pré-estabelecidas, seleção por concurso e de acordo com a qualificação vocacional, mérito como norma ascensional na carreira, exclusividade no exercício da mesma nos cargos de alto escalão, separação entre o cargo ocupado e os meios administrativos para exercê-lo. Modelo: racional-legal.
  - (B) Características: vínculo exclusivamente profissional ao cargo, hierarquia, competências pré-estabelecidas, seleção por concurso e de acordo com a qualificação profissional, mérito como norma ascensional na carreira, exclusividade no exercício da mesma, separação entre o cargo ocupado e os meios administrativos para exercê-lo. Modelo: racional-legal.
  - (C) Características: vínculo profissional e de lealdade ao cargo, hierarquia, competências pré e pós-estabelecidas, seleção por concurso e de acordo com a qualificação profissional e lealdade para com os superiores, mérito como norma ascensional na carreira, exclusividade no exercício da mesma para todos os escalões, separação entre o cargo ocupado e os meios administrativos para exercê-lo. Modelo: tradicional-legal.
  - (D) Características: vínculo profissional e de lealdade ao cargo, hierarquia, competências pré-estabelecidas, seleção por concurso e de acordo com a qualificação profissional e lealdade para com os superiores, mérito e convergência cultural e administrativa como norma ascensional na carreira, exclusividade no exercício da mesma para todos os escalões, separação entre o cargo ocupado e os meios administrativos para exercê-lo. Modelo: racional-legal.
  - (E) Características: vínculo prioritariamente profissional ao cargo, hierarquia, competências pré-estabelecidas, seleção por concurso e de acordo com a qualificação profissional e convergência com os valores dos superiores, mérito e convergência valorativa e administrativa como norma ascensional na carreira, exclusividade no exercício da mesma para todos os escalões, conjunção entre o cargo ocupado e os meios administrativos para exercê-lo. Modelo: carismático.
2. A primeira iniciativa de modernização da Administração Pública brasileira ocorreu durante a Era Vargas, no Estado Novo, através da criação do Departamento de Administração e Serviço Público (Dasp), que assumiu, neste período, funções normativas, executivas e legislativas. Segundo estudiosos da evolução da Administração Pública brasileira, como Sônia Draibe, os objetivos perseguidos pelo Dasp foram definir, racionalizar, estruturar e controlar a carreira do funcionalismo público e a organização da estrutura administrativa,
  - (A) diferenciando-a em alto, médio e baixo escalão; definir regras e normas de admissão pelo sistema de méritos e por concursos públicos; racionalizar, padronizar e centralizar hierarquicamente as compras da administração federal e das Forças Armadas.
  - (B) enxugando a máquina pública; definir regras e normas de admissão pelo sistema de méritos e por concursos públicos; racionalizar, padronizar e centralizar as compras da administração federal e das administrações estaduais.
  - (C) enxugando a máquina pública nos escalões inferiores; definir regras e normas de admissão pelo sistema de méritos, valores sociais dominantes e por concursos públicos; racionalizar, padronizar e centralizar as compras da administração federal.
  - (D) diferenciando-a em alto, médio e baixo escalão; definir regras e normas de admissão pelo sistema de méritos, pela hierarquia e por concursos públicos; racionalizar, padronizar e centralizar as compras da administração federal e das unidades da federação.
  - (E) definir regras e normas de admissão pelo sistema de méritos e por concursos públicos; racionalizar, padronizar e centralizar as compras da administração federal.
3. O novo modelo denominado *administração gerencial* se caracteriza por ser uma administração direcionada à obtenção de resultados
  - (A) e competição entre agências públicas e do “terceiro setor”, centralização administrativa, criação da figura do cidadão-cliente-*vip*, avaliação dos serviços sociais prestados ao cidadão-cliente-*vip*.
  - (B) administrativos, competição entre agências governamentais, centralização administrativa, criação da figura do cidadão-cliente, avaliação dos serviços sociais prestados ao cidadão-cliente.
  - (C) administrativos, competição entre agências públicas e do “terceiro setor”, descentralização administrativa, criação da figura do cidadão-cliente, avaliação dos serviços sociais prestados ao cidadão-cliente.
  - (D) e competição entre agências governamentais, descentralização administrativa, criação da figura do cidadão-cliente, avaliação dos serviços sociais prestados ao cidadão-cliente.
  - (E) administrativos e sociais, competição entre agências públicas e do “terceiro setor”, descentralização administrativa, criação da figura do cidadão-cliente, avaliação hierárquica dos serviços sociais prestados ao cidadão-cliente.

<p>4. A partir da vigência do Decreto-Lei nº 200, de 1967, houve uma importante mudança na Administração Pública brasileira, que, naquele momento, implicou um paradoxo, estudado por diversos autores, entre os quais Luciano Martins, que reflete sobre o que chamou de caráter simultaneamente <i>centrípeto</i> e <i>centrífugo</i> da atuação político/administrativa do Estado. Este paradoxo pode ser definido como</p> <p>(A) <u>centrípeto</u>, por ter concentrado recursos financeiros e decisões normativas no Governo Federal, e <u>centrífugo</u>, por ter delegado poderes a agências públicas que se tornaram relativamente independentes e/ou dotadas de autonomia relativa para a alocação desses recursos e aplicação dessas decisões.</p> <p>(B) <u>centrípeto</u>, por ter concentrado recursos financeiros e administrativos e decisões normativas no Governo Federal, sob a supervisão do Estado Maior das Forças Armadas (Emfa), e <u>centrífugo</u>, por ter delegado poderes a agências públicas e organizações sociais (OS) que se tornaram relativamente independentes e/ou dotadas de autonomia relativa para a alocação desses recursos e aplicação dessas decisões.</p> <p>(C) <u>centrípeto</u>, por ter concentrado recursos financeiros e administrativos e decisões normativas no Governo Federal e nas Unidades da Federação, e <u>centrífugo</u>, por ter delegado poderes a agências públicas que se tornaram relativamente independentes e/ou dotadas de autonomia absoluta para a alocação desses recursos e aplicação dessas decisões.</p> <p>(D) <u>centrípeto</u>, por ter concentrado recursos financeiros e administrativos e decisões normativas nos “anéis burocráticos”, e <u>centrífugo</u>, por ter delegado poderes a agências públicas que se tornaram relativamente independentes e/ou dotadas de autonomia absoluta, dependendo da área de atuação, para a alocação desses recursos e aplicação dessas decisões.</p> <p>(E) <u>centrípeto</u>, por ter concentrado recursos financeiros e administrativos e decisões normativas no Governo Federal e nos “anéis burocráticos”, e <u>centrífugo</u>, por ter delegado poderes a agências públicas que se tornaram completamente independentes e/ou dotadas de autonomia relativa para a alocação desses recursos e aplicação dessas decisões.</p>	<p>6. Segundo o Direito Administrativo Brasileiro, as entidades e órgãos públicos podem ser classificados, segundo sua hierarquia e função, como independentes</p> <p>(A) autônomos, superiores, subalternos, simples, compostos, singulares e colegiados.</p> <p>(B) autônomos, semi-autônomos, subalternos, simples, compostos, singulares e colegiados.</p> <p>(C) semi-autônomos, superiores, subalternos, simples, compostos, singulares e colegiados.</p> <p>(D) autônomos, superiores, subalternos, delegados, compostos, singulares e colegiados.</p> <p>(E) semi-autônomos, autônomos, superiores, delegados, singulares, compostos e colegiados.</p>
<p>5. As principais críticas formuladas pelos opositores do modelo de administração “burocrático” são a ineficiência e a ineficácia por estar voltado aos processos</p> <p>(A) políticos e administrativos e incapacidade de controlar as modalidades de corrupção somente nas organizações sociais (OS).</p> <p>(B) políticos e administrativos e incapacidade de controlar as modalidades de corrupção.</p> <p>(C) administrativos e incapacidade de controlar as modalidades de corrupção.</p> <p>(D) políticos e administrativos e incapacidade de controlar as modalidades de corrupção na administração direta e nas organizações sociais (OS).</p> <p>(E) e resultados administrativos e incapacidade de controlar as modalidades de corrupção na administração direta e nas organizações sociais (OS).</p>	<p>7. Segundo os estudos de Celso Antônio Bandeira de Mello, os <i>agentes públicos</i> podem ser definidos como todos aqueles que,</p> <p>(A) exclusivamente vinculados ao Estado, prestam serviço a este, seja permanentemente seja de forma ocasional.</p> <p>(B) vinculados ou não ao Estado, prestam serviço a este, de forma ocasional.</p> <p>(C) vinculados ou não ao Estado, prestam serviço a este, seja permanentemente seja de forma ocasional.</p> <p>(D) exclusivamente vinculados ao Estado, prestam serviço a este, permanentemente.</p> <p>(E) exclusivamente ou não vinculados ao Estado, prestam serviço a este, permanentemente.</p> <p>8. Os controles internos da Administração Pública: homologação, aprovação, revogação e anulação se caracterizam, respectivamente, por:</p> <p>(A) controle da legalidade e das formalidades, controle da conveniência e oportunidade do ato administrativo, supressão do ato administrativo por conveniência ou oportunidade, e defeito do ato jurídico ou vício de legalidade.</p> <p>(B) controle da legalidade e da legitimidade, controle da conveniência e oportunidade do ato administrativo, supressão do ato administrativo por conveniência ou oportunidade, e defeito do ato jurídico ou vício de legalidade e da legitimidade.</p> <p>(C) controle das formalidades, controle da conveniência e oportunidade do ato administrativo, supressão do ato administrativo por conveniência ou oportunidade, e defeito do ato jurídico ou vício de legalidade.</p> <p>(D) controle das formalidades, controle da conveniência e oportunidade do ato administrativo, defeito do ato jurídico ou vício de legalidade, e supressão do ato administrativo por conveniência ou oportunidade.</p> <p>(E) controle da legalidade, controle da conveniência e oportunidade do ato administrativo, supressão do ato administrativo por conveniência ou oportunidade, e defeito do ato jurídico ou vício de legalidade.</p> <p>9. São fases do processo administrativo a instauração,</p> <p>(A) a nomeação, a instrução, a defesa, o relatório, a decisão, o pedido de reconsideração e o recurso.</p> <p>(B) a instrução, a nomeação, a defesa, o relatório, a decisão e o recurso.</p> <p>(C) a nomeação, o relatório, a decisão e o recurso.</p> <p>(D) a instrução, a defesa, o relatório, a decisão, o pedido de reconsideração e o recurso.</p> <p>(E) a nomeação, a instrução, o relatório e o pedido de reconsideração.</p>

<p>10. A concorrência é modalidade de licitação voltada para contratos</p> <p>(A) de valor médio, definidos em lei, sendo facultada a participação de interessados já cadastrados.</p> <p>(B) vultosos em termos econômicos, definidos em lei.</p> <p>(C) vultosos em termos econômicos, definidos em lei, e válido com a convocação de cinco interessados no mínimo, desde que os interessados já estejam cadastrados.</p> <p>(D) vultosos em termos econômicos, definidos em lei, e válido com a convocação de cinco interessados apenas.</p> <p>(E) a valores menores, definidos em lei, e válido com a convocação de três interessados no mínimo.</p>	<p>13. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é importante entidade de regulação mobiliária. Sua incumbência fundamental e a entidade a qual suas ações estão condicionadas são, respectivamente:</p> <p>(A) implementar a política de funcionamento e organizar o mercado de valores mobiliários; Comissão Administrativa de Defesa Econômica (CADE).</p> <p>(B) implementar a política de funcionamento e organizar o mercado de valores mobiliários; Conselho Monetário Nacional (CMN).</p> <p>(C) editar diretrizes fundantes do funcionamento e organizar o mercado de valores mobiliários; Conselho Monetário Nacional (CMN).</p> <p>(D) editar diretrizes fundantes do funcionamento e organizar o mercado de valores mobiliários; Comissão Administrativa de Defesa Econômica (CADE).</p> <p>(E) editar diretrizes fundantes, implementar a política de funcionamento e organizar o mercado de valores mobiliários; Comissão Banco Central (BACEN).</p>
<p>11. A Administração Pública deve fiscalizar e regular a atividade econômica privada. O princípio geral e os princípios derivados deste que norteiam essa regulação são:</p> <p>(A) geral: progressividade; derivados: subsidiariedade, razão pública e privada, diferença jurídica.</p> <p>(B) geral: proporcionalidade; derivados: concessão, razão pública, diferença jurídica.</p> <p>(C) geral: proporcionalidade; derivados: concessão, interesse público e privado, diferença jurídica.</p> <p>(D) geral: progressividade; derivados: subsidiariedade, razão pública, diferença.</p> <p>(E) geral: proporcionalidade; derivados: subsidiariedade, razão pública, diferença.</p>	<p>14. São atribuições do Conselho Monetário Nacional na regulação da economia brasileira:</p> <p>(A) formular a política nacional da moeda e do mercado de capitais e regular o valor interno e externo da moeda, a constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras nacionais, a política cambial e tributária, as taxas de juros, os empréstimos a serem efetuados pelas instituições financeiras, os depósitos de curto prazo e a fixação das normas gerais e específicas de contabilidade pública e gerencial.</p> <p>(B) formular a política nacional de crédito, da moeda e do mercado de capitais e regular o valor interno da moeda, a constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras, a política cambial, as taxas de juros, os empréstimos a serem efetuados pelas instituições financeiras, os depósitos de curto prazo e a fixação das normas gerais de contabilidade gerencial.</p> <p>(C) formular a política nacional de crédito, da moeda e do mercado de capitais e regular o valor interno e externo da moeda, a constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras, a política cambial e tributária, as taxas de juros, os empréstimos a serem efetuados pelas instituições financeiras, os depósitos a prazo e a fixação das normas gerais de contabilidade pública e privada.</p> <p>(D) formular a política nacional de crédito e da moeda e regular o valor interno da moeda, a constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras, a política cambial, as taxas de juros, os empréstimos a serem efetuados pelas instituições financeiras, os depósitos a prazo e a fixação das normas gerais de contabilidade.</p> <p>(E) formular a política nacional de crédito e da moeda e regular o valor interno e externo da moeda, a constituição, funcionamento, fiscalização e punição das instituições financeiras, a política cambial e monetária, as taxas de juros e a taxa Selic, os empréstimos a serem efetuados pelas instituições financeiras nacionais, os depósitos a longo prazo e a fixação das normas gerais de contabilidade pública.</p>

<p>15. A criação das chamadas “agências reguladoras” durante o governo Fernando Henrique Cardoso provoca controvérsia quanto ao conceito de <i>independência</i> das entidades de regulação tradicionais (CMN, BACEN e CVM, por exemplo). Segundo as leis que regulam as novas “agências reguladoras”, estas seriam independentes, diferentemente das entidades tradicionais, porque possuem atribuição de competências</p> <p>(A) regulatórias; o Poder Executivo não pode exonerar seus dirigentes <i>ad nutum</i>, sua organização é colegiada, há formação técnica de seus quadros, não se pode interpor recursos hierárquicos.</p> <p>(B) regulatórias e ordenadoras; o Poder Executivo não pode exonerar seus dirigentes <i>ad nutum</i>, sua organização é colegiada e representativa dos diversos ministérios afins, há formação técnica de seus quadros, não se pode interpor recursos hierárquicos.</p> <p>(C) regulatórias; os Poderes Executivo e Legislativo não podem exonerar seus dirigentes <i>ad nutum</i>, sua organização é colegiada e representativa dos diversos ministérios afins, há formação técnica de seus quadros, não se pode interpor recursos hierárquicos.</p> <p>(D) regulatórias e hierárquicas; apenas o Conselho de Defesa do Estado pode exonerar seus dirigentes <i>ad nutum</i>, sua organização é colegiada, há formação técnica de seus quadros, não se pode interpor recursos extrajudiciais.</p> <p>(E) regulatórias, ordenadoras e hierárquicas; apenas o Conselho de Defesa do Estado pode exonerar seus dirigentes <i>ad nutum</i>, sua organização é colegiada e representativa dos diversos ministérios afins, há formação técnica e prática de seus quadros, não se pode interpor recursos extrajudiciais.</p>	<p>17. A terminologia funcional contém em si um ordenamento jurídico próprio, fundamental ao Estado e à Administração Pública. Assim, "cargo público" é o conjunto de atribuições e responsabilidades</p> <p>(A) e sanções, criado por resolução em número determinado, com nome certo e remuneração especificada por meio de símbolos numéricos e/ou alfabéticos. O ato administrativo que atribui a uma pessoa o exercício inicial de um cargo é a indicação.</p> <p>(B) criado por lei em número determinado, com nome certo e remuneração especificada por meio de símbolos numéricos e/ou alfabéticos. O ato administrativo que atribui a uma pessoa o exercício inicial de um cargo é a nomeação.</p> <p>(C) e sanções, criado por lei em número determinado, com nome certo e remuneração especificada por meio de símbolos numéricos e/ou alfabéticos. O ato administrativo que atribui a uma pessoa o exercício inicial de um cargo é a indicação e/ou nomeação.</p> <p>(D) criado por decreto-lei em número determinado, com nome variável conforme a necessidade e remuneração especificada por meio de símbolos numéricos e/ou alfabéticos. O ato administrativo que atribui a uma pessoa o exercício inicial de um cargo é a nomeação.</p> <p>(E) criado por decreto em número determinado, com nome certo e remuneração especificada por meio de símbolos numéricos e/ou alfabéticos. O ato administrativo que atribui a uma pessoa o exercício inicial de um cargo é a nomeação e/ou indicação.</p>
<p>16. Segundo a Lei nº 8.666/93, a alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, obedecerá à seguinte norma, dentre outras, quando se tratar de bens móveis no que tange à dispensa de licitação:</p> <p>(A) a alienação dependerá de avaliação interministerial prévia e de licitação (neste caso, se ultrapassar 5 milhões de reais), dispensada esta nos casos de venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa diretamente pelo Governo, sem intermediações, observada a legislação específica.</p> <p>(B) a alienação dependerá de avaliação prévia e de licitação (neste caso, se ultrapassar 1 milhão de reais), dispensada esta nos casos de venda de ações ordinárias, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica.</p> <p>(C) a alienação dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos casos de venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica.</p> <p>(D) a alienação dependerá de avaliação interministerial prévia e de licitação, dispensada esta nos casos de venda de ações ordinárias, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica e as normas vinculantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).</p> <p>(E) a alienação dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos casos de venda de ações ordinárias, que poderão ser negociadas em bolsa diretamente pelo Governo, sem intermediações, observada a legislação específica e as normas vinculantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).</p>	<p>18. O preenchimento do cargo vago na Administração Pública recebe o nome de provimento. Na Administração direta se indicam dois tipos de provimento: o originário e o derivado. As figuras jurídicas que expressam o provimento derivado são acesso,</p> <p>(A) promoção e ascensão, nomeação, readaptação, reversão e reintegração.</p> <p>(B) nomeação, readaptação, reversão e reintegração.</p> <p>(C) nomeação, readaptação, exclusão, reversão e reintegração.</p> <p>(D) promoção e ascensão, readaptação, aproveitamento, reversão e reintegração.</p> <p>(E) promoção, nomeação, readaptação, aproveitamento, reversão e reintegração.</p>

<p>19. Há, na Administração Pública brasileira, servidores que possuem um estatuto jurídico distinto dos demais servidores, caso específico do chamado “regime especial”. O “regime especial” pode ser aplicado, dentre outras situações excepcionais,</p> <p>(A) em casos de calamidade, epidemia, vacinação em massa.</p> <p>(B) em casos de guerra, rebelião e revolução.</p> <p>(C) em casos de guerra, rebelião, revolução e desobediência civil.</p> <p>(D) em casos de calamidade, epidemia, vacinação em massa e desobediência civil.</p> <p>(E) em casos de calamidade, vacinação em massa e distúrbios psicossociais.</p>	<p style="text-align: center;"><b>ESTRUTURA DO MERCADO</b></p> <p>21. O Sistema Financeiro Nacional é composto por um conjunto de instituições que</p> <p>(A) controlam o Produto Interno Bruto do setor financeiro.</p> <p>(B) permitem o fluxo de recursos entre poupadores e tomadores.</p> <p>(C) determinam o saldo do Balanço de Pagamentos.</p> <p>(D) definem a Política Monetária, Cambial e de Crédito.</p> <p>(E) administram os títulos da dívida interna.</p>
<p>20. O significado dos seguintes instrumentos administrativos da Administração Pública, em diferentes níveis, são:</p> <p>(A) <u>portaria</u>: ato pelo qual chefes de órgãos ou serviços baixam instruções gerais ou individuais, designam servidores ou determinam a abertura de sindicância ou processo judicial; <u>instruções normativas</u>: regulamentos expedidos por Ministros de Estado, pela Comissão Diretora do Congresso Nacional e pelo presidente do Supremo Tribunal Federal para a execução de leis, decretos e regulamentos.</p> <p>(B) <u>portaria</u>: ato pelo qual chefes de órgãos ou serviços baixam instruções gerais ou individuais, designam servidores ou determinam a abertura de sindicância ou processo administrativo e exercem punição; <u>instruções normativas</u>: regulamentos expedidos por Ministros de Estado e presidentes de autarquias para a execução de leis, decretos e regulamentos.</p> <p>(C) <u>portaria</u>: ato pelo qual chefes de órgãos ou serviços baixam instruções gerais ou individuais, designam servidores ou determinam a abertura de sindicância ou processo administrativo e exercem punição jurídica; <u>instruções normativas</u>: regulamentos expedidos por Ministros de Estado, presidentes de autarquias e de empresas estatais para a execução de leis, decretos e regulamentos.</p> <p>(D) <u>portaria</u>: ato pelo qual chefes de órgãos ou serviços dos três poderes baixam instruções gerais ou individuais, designam servidores ou determinam a abertura de sindicância ou processo administrativo; <u>instruções normativas</u>: regulamentos expedidos por Ministros de Estado, pela Comissão Diretora do Congresso Nacional e pelo presidente do Supremo Tribunal Federal para a execução de leis, decretos e regulamentos.</p> <p>(E) <u>portaria</u>: ato pelo qual chefes de órgãos ou serviços baixam instruções gerais ou individuais, designam servidores ou determinam a abertura de sindicância ou processo administrativo; <u>instruções normativas</u>: regulamentos expedidos por Ministros de Estado para a execução de leis, decretos e regulamentos.</p>	<p>22. Compete à CVM</p> <p>(A) fiscalizar o mercado de crédito das instituições financeiras.</p> <p>(B) controlar a dívida pública interna e dívida pública externa.</p> <p>(C) julgar e punir irregularidades do mercado de valores mobiliários.</p> <p>(D) fixar diretrizes e normas de política cambial traçada pelo CMN.</p> <p>(E) assegurar o financiamento eficiente das sociedades anônimas.</p>
<p>(A) <u>portaria</u>: ato pelo qual chefes de órgãos ou serviços baixam instruções gerais ou individuais, designam servidores ou determinam a abertura de sindicância ou processo administrativo e exercem punição; <u>instruções normativas</u>: regulamentos expedidos por Ministros de Estado e presidentes de autarquias para a execução de leis, decretos e regulamentos.</p> <p>(B) <u>portaria</u>: ato pelo qual chefes de órgãos ou serviços baixam instruções gerais ou individuais, designam servidores ou determinam a abertura de sindicância ou processo administrativo e exercem punição; <u>instruções normativas</u>: regulamentos expedidos por Ministros de Estado e presidentes de autarquias para a execução de leis, decretos e regulamentos.</p> <p>(C) <u>portaria</u>: ato pelo qual chefes de órgãos ou serviços baixam instruções gerais ou individuais, designam servidores ou determinam a abertura de sindicância ou processo administrativo e exercem punição jurídica; <u>instruções normativas</u>: regulamentos expedidos por Ministros de Estado, presidentes de autarquias e de empresas estatais para a execução de leis, decretos e regulamentos.</p> <p>(D) <u>portaria</u>: ato pelo qual chefes de órgãos ou serviços dos três poderes baixam instruções gerais ou individuais, designam servidores ou determinam a abertura de sindicância ou processo administrativo; <u>instruções normativas</u>: regulamentos expedidos por Ministros de Estado, pela Comissão Diretora do Congresso Nacional e pelo presidente do Supremo Tribunal Federal para a execução de leis, decretos e regulamentos.</p> <p>(E) <u>portaria</u>: ato pelo qual chefes de órgãos ou serviços baixam instruções gerais ou individuais, designam servidores ou determinam a abertura de sindicância ou processo administrativo; <u>instruções normativas</u>: regulamentos expedidos por Ministros de Estado para a execução de leis, decretos e regulamentos.</p>	<p>23. O Mercado Financeiro contribui para o desenvolvimento econômico porque</p> <p>(A) promove a liquidez e oferta de recursos para o financiamento.</p> <p>(B) elimina os diferentes tipos de risco para os investidores.</p> <p>(C) garante o lucro dos agentes econômicos participantes.</p> <p>(D) aumenta o prêmio de risco dos ativos de capital em circulação.</p> <p>(E) diminui a presença de unidades superavitárias de crédito.</p>
<p>(A) <u>portaria</u>: ato pelo qual chefes de órgãos ou serviços baixam instruções gerais ou individuais, designam servidores ou determinam a abertura de sindicância ou processo administrativo; <u>instruções normativas</u>: regulamentos expedidos por Ministros de Estado, pela Comissão Diretora do Congresso Nacional e pelo presidente do Supremo Tribunal Federal para a execução de leis, decretos e regulamentos.</p> <p>(B) <u>portaria</u>: ato pelo qual chefes de órgãos ou serviços baixam instruções gerais ou individuais, designam servidores ou determinam a abertura de sindicância ou processo administrativo e exercem punição; <u>instruções normativas</u>: regulamentos expedidos por Ministros de Estado e presidentes de autarquias para a execução de leis, decretos e regulamentos.</p> <p>(C) <u>portaria</u>: ato pelo qual chefes de órgãos ou serviços baixam instruções gerais ou individuais, designam servidores ou determinam a abertura de sindicância ou processo administrativo e exercem punição jurídica; <u>instruções normativas</u>: regulamentos expedidos por Ministros de Estado, presidentes de autarquias e de empresas estatais para a execução de leis, decretos e regulamentos.</p> <p>(D) <u>portaria</u>: ato pelo qual chefes de órgãos ou serviços dos três poderes baixam instruções gerais ou individuais, designam servidores ou determinam a abertura de sindicância ou processo administrativo; <u>instruções normativas</u>: regulamentos expedidos por Ministros de Estado, pela Comissão Diretora do Congresso Nacional e pelo presidente do Supremo Tribunal Federal para a execução de leis, decretos e regulamentos.</p> <p>(E) <u>portaria</u>: ato pelo qual chefes de órgãos ou serviços baixam instruções gerais ou individuais, designam servidores ou determinam a abertura de sindicância ou processo administrativo; <u>instruções normativas</u>: regulamentos expedidos por Ministros de Estado para a execução de leis, decretos e regulamentos.</p>	<p>24. O titular de uma opção de venda tem</p> <p>(A) o direito de vender a ação pelo preço de mercado.</p> <p>(B) a obrigação de comprar a ação pelo preço de exercício.</p> <p>(C) a obrigação de comprar a ação pelo preço de mercado.</p> <p>(D) o direito de vender a ação pelo preço de exercício.</p> <p>(E) o direito de receber o prêmio no vencimento do exercício.</p>

<p>25. Os bancos de investimentos podem praticar operações ativas como</p> <p>(A) empréstimos de curtíssimo prazo para financiamento ao consumidor.</p> <p>(B) empréstimos de longo prazo para financiamentos ao consumidor.</p> <p>(C) empréstimos de curtíssimo prazo para financiamento de capital fixo.</p> <p>(D) aquisição de valores mobiliários para repasse junto ao mercado de crédito.</p> <p>(E) aquisição de valores mobiliários para investimento ou revenda.</p>	<p>30. O termo <i>Underwriting</i> significa o processo de</p> <p>(A) lançamento de títulos públicos.</p> <p>(B) lançamento de <i>leasing</i> financeiro e operacional.</p> <p>(C) emissão de ações ordinárias e preferenciais.</p> <p>(D) lançamento de ações ou debêntures.</p> <p>(E) emissão de títulos no mercado secundário.</p>
<p>26. Os títulos públicos no Brasil podem ser emitidos pelos três níveis do poder</p> <p>(A) Executivo.</p> <p>(B) Público.</p> <p>(C) Legislativo.</p> <p>(D) Judiciário.</p> <p>(E) Central.</p>	<p>31. As debêntures podem ser negociadas</p> <p>(A) no mercado de <i>open market</i> e bolsas de futuros.</p> <p>(B) em mercado de balcão ou nas bolsas de futuros.</p> <p>(C) no mercado de <i>open market</i> e no CETIP.</p> <p>(D) nas bolsas de valores e bolsas de futuros.</p> <p>(E) em mercado de balcão ou em bolsa de valores.</p>
<p>27. As siglas LTN e BBC significam, respectivamente:</p> <p>(A) Leilão do Tesouro Nacional e Balanço do Banco Central.</p> <p>(B) Leilão do Tesouro Nacional e Bônus do Banco Central.</p> <p>(C) Letras do Tesouro Nacional e Bonificação do Banco Central.</p> <p>(D) Leilão do Tesouro Nacional e Bonificação do Banco Central.</p> <p>(E) Letras do Tesouro Nacional e Bônus do Banco Central.</p>	<p>32. Uma operação chamada de <i>Day Trade</i> é uma operação de</p> <p>(A) compra e venda realizadas em um mesmo dia, de um mesmo título.</p> <p>(B) compra realizada em um mesmo dia, de um mesmo título.</p> <p>(C) venda realizada em um mesmo dia, de um mesmo título.</p> <p>(D) compra e venda realizadas em um mesmo dia, de títulos diferentes.</p> <p>(E) compra e venda realizada em um mesmo dia com lucro.</p>
<p>28. As Ações Ordinárias e Preferenciais são, respectivamente:</p> <p>(A) com preferência na distribuição dos resultados e Ações com direito a voto.</p> <p>(B) com direito a voto e Ações com preferência na reserva de lucros.</p> <p>(C) com direito a voto e Ações com preferência na distribuição dos resultados.</p> <p>(D) com preferência na reserva de lucros e Ações com direito a voto.</p> <p>(E) com direito a voto e Ações sem preferência na distribuição dos dividendos.</p>	<p>33. O detentor de ações de uma companhia é um de seus</p> <p>(A) credores ou acionista.</p> <p>(B) proprietários ou acionista.</p> <p>(C) proprietários, credores ou acionista.</p> <p>(D) proprietários ou credores.</p> <p>(E) acionistas, investidores ou credores.</p>
<p>29. Os títulos conhecidos no Brasil como <i>commercial paper</i> são:</p> <p>(A) Notas promissórias emitidas por sociedades limitadas.</p> <p>(B) Notas promissórias emitidas por sociedades anônimas.</p> <p>(C) Duplicatas emitidas por sociedades anônimas.</p> <p>(D) Duplicatas emitidas por sociedades limitadas.</p> <p>(E) Notas promissórias emitidas por instituições financeiras.</p>	<p>34. Os prazos mínimos e máximos de emissão dos <i>commercial papers</i> no Brasil são, respectivamente,</p> <p>(A) 15 dias e 180 dias.</p> <p>(B) 15 dias e 360 dias.</p> <p>(C) 30 dias e 360 dias.</p> <p>(D) 35 dias e 180 dias.</p> <p>(E) 180 dias e 360 dias.</p> <p>35. O Novo Mercado lançado pela Bovespa tem a finalidade de</p> <p>(A) promover maior liquidez no Mercado de Títulos Mobiliários.</p> <p>(B) aprimorar e fortalecer o Mercado de Títulos Mobiliários.</p> <p>(C) promover maior liquidez no Mercado de Capitais.</p> <p>(D) aprimorar e fortalecer o Mercado de Capitais.</p> <p>(E) aprimorar, promover e fortalecer as Bolsas de Valores.</p>

## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

**Atenção:** As questões de números 36 a 43 referem-se à crônica que segue.

#### A compensação

*Não faz muito, li um artigo sobre as pretensões literárias de Napoleão Bonaparte. Aparentemente, Napoleão era um escritor frustrado. Tinha escrito contos e poemas na juventude, escreveu muito sobre política e estratégia militar, e sonhava em escrever um grande romance. Acreditava-se, mesmo, que Napoleão considerava a literatura sua verdadeira vocação, e que foi sua incapacidade de escrever um grande romance e conquistar uma reputação literária que o levou a escolher uma alternativa menor, conquistar o mundo.*

*Não sei se é verdade, mas fiquei pensando no que isto significa para os escritores de hoje e daqui. Em primeiro lugar, claro, leva a pensar na enorme importância que tinha a literatura nos séculos XVIII e XIX, e não apenas na França, onde, anos depois de Napoleão Bonaparte, um Victor Hugo empolgaria multidões e faria história não com batalhas e canhões, mas com a força da palavra escrita, e não só em conclamações e panfletos, mas, muitas vezes, na forma de ficção. Não sei se devemos invejar uma época em que reputações literárias e reputações guerreiras se equivaliam desta maneira, e em que até a imaginação tinha tanto poder. Mas acho que podemos invejar, pelo menos um pouco, o que a literatura tinha então e parece ter perdido: relevância. Se Napoleão pensava que podia ser tão relevante escrevendo romances quanto comandando exércitos, e se um Victor Hugo podia morrer como um dos homens mais relevantes do seu tempo sem nunca ter trocado a palavra e a imaginação por armas, então uma pergunta que nenhum escritor daquele tempo se fazia é essa que nos fazemos o tempo todo: para que serve a literatura, de que adianta a palavra impressa, onde está a nossa relevância? Gostávamos de pensar que era através dos seus escritores e intelectuais que o mundo se pensava e se entendia, e a experiência humana era racionalizada. O estado irracional do mundo neste começo de século é a medida do fracasso desta missão, ou desta ilusão.*

*Depois que a literatura deixou de ser uma opção tão vigorosa e vital para um homem de ação quanto a conquista militar ou política – ou seja, depois que virou opção para generais e políticos aposentados, mais compensação pela perda de poder do que poder, e uma ocupação para, enfim, meros escritores – ela nunca mais recuperou a sua respeitabilidade, na medida em que qualquer poder, por armas ou por palavras, é respeitável. Hoje a literatura só participa da política, do poder e da história como instrumento ou cúmplice. E não pode nem escolher que tipo de cúmplice quer ser. Todos os que escrevem no Brasil, principalmente os que têm um espaço na imprensa para fazer sua pequena literatura ou simplesmente dar seus palpites, têm esta preocupação. Ou deveriam ter. (...)*

(Luiz Fernando Veríssimo, **Banquete com os deuses**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003, pp. 113-14)

36. O autor demonstra estar convencido de que a atividade literária

- (A) preserva sua função essencial, uma vez que responde às diferentes necessidades históricas das diferentes épocas.
- (B) alcança relevância e prestígio quando exercida por homens de grande estatura política ou de grande competência militar.
- (C) deixa de ser relevante quando, na irracionalidade do nosso mundo, só se reconhece o poder das ações políticas ou militares.
- (D) constitui um tipo de compensação a que sempre recorreram os homens sem vocação para o exercício de um poder efetivo.
- (E) torna-se irrelevante a partir do momento em que o escritor opta por ser um instrumento ou cúmplice dos poderosos.

37. Considere as seguintes afirmações:

- I. No primeiro parágrafo, o autor insinua, ironicamente, que as façanhas napoleônicas tiveram origem numa compensação que Bonaparte buscou para uma frustração pessoal.
- II. No segundo parágrafo, o autor se mostra nostálgico de uma época em que o prestígio de um grande escritor era comparável ao de um estadista ou comandante militar.
- III. No terceiro parágrafo, o autor se consola com o fato de que a alta literatura é hoje exercida por grandes homens que, embora na condição de aposentados, reconhecem a ficção como expressão de um poder maior.

Em relação ao texto, está correto somente o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

38. Ao comparar os casos do imperador Napoleão Bonaparte e do escritor Victor Hugo, o autor argumenta em favor da tese de que, naquele tempo,

- (A) a relevância de um gênio das letras ainda era maior que a de um gênio político-militar.
- (B) reconheciam-se como igualmente relevantes duas distintas manifestações de poder.
- (C) o público já começava a questionar a relevância do papel de um ficcionista.
- (D) surgiram os primeiros indícios de que a missão da literatura começava a fracassar.
- (E) o poder da imaginação e das palavras consistia em questionar o poder das ações.

<p>39. Considerando-se o contexto, traduz-se um segmento do texto por outro de sentido equivalente em:</p> <p>(A) <i>que o levou a escolher uma alternativa menor</i> = que o levou a estreitar seu leque de opções.</p> <p>(B) <i>e não só em conclamações e panfletos</i> = e tão-somente em agremiações e anúncios.</p> <p>(C) <i>na forma de ficção</i> = de modo fictício.</p> <p>(D) <i>mais compensação pela perda do poder do que poder</i> = maior vantagem na perda do poder do que nele próprio.</p> <p>(E) <i>a experiência humana era racionalizada</i> = a vivência humana era objetivamente analisada.</p>	<p>42. Está clara e correta a articulação entre os tempos verbais na seguinte frase:</p> <p>(A) Poucos anos depois de Napoleão ter assumido o poder, Victor Hugo empolgara as multidões com romances que em nada lembrassem a linguagem das conclamações e panfletos.</p> <p>(B) Não há como não ter inveja de uma época em que grandes escritores e grandes políticos gozavam de igual prestígio, em que a ninguém ocorria duvidar da função social que a literatura exercia – função que exerce ainda hoje, aliás, apesar de tudo.</p> <p>(C) Àquele tempo, aceitava-se o fato de que o mundo teria sido interpretado pelos escritores e intelectuais, à medida que viessem a escrever as obras que funcionaram como lúcidos espelhos da vida social.</p> <p>(D) Há tempos a literatura deixaria de representar uma opção tão vigorosa quanto têm sido as conquistas militares, embora os escritores continuem a escrever romances em que se desenhara perfeitamente o retrato de uma época.</p> <p>(E) Pode-se discutir o fato de que os escritores de hoje têm perdido a respeitabilidade, pois o alto índice de vendas de tantos romances pareceria indicar que os ficcionistas contassem ainda com grande acolhimento do público.</p>
<p>40. A frase em que se acatam inteiramente as normas de concordância verbal é:</p> <p>(A) Não ocorria a quaisquer dos grandes escritores da época napoleônica perguntar-se o sentido que havia em escrever romances.</p> <p>(B) Verifica-se, examinando-se o panorama cultural e político do século XIX, muitas convergências entre o poder das armas e o das letras.</p> <p>(C) Poucas opções haviam tão vigorosas e vitais quanto a da carreira literária, nos idos dos séculos XVIII e XIX.</p> <p>(D) Não se estendem a todos os que fracassam em seus projetos literários a compensação das prerrogativas de que se goza nas atividades políticas ou militares.</p> <p>(E) Napoleão, com suas pretensões literárias, com os contos e poemas de sua juventude, buscavam erguer-se às alturas em que pairavam escritores como Victor Hugo.</p>	<p>43. <i>Hoje a literatura só participa da política, do poder e da história como instrumento ou cúmplice. E não pode nem escolher que tipo de cúmplice quer ser.</i></p> <p>As duas frases acima articulam-se de modo claro e correto numa única frase, sem prejuízo para o sentido, na seguinte alternativa:</p> <p>(A) Sem poder escolher que tipo de cúmplice quer ser, ainda hoje a literatura somente como instrumento ou cúmplice é que participa da política, do poder e da história.</p> <p>(B) Embora tão-somente a literatura participe como instrumento ou cúmplice da política, do poder e da história, não pode sequer escolher que tipo de cúmplice quer ser.</p> <p>(C) É somente como instrumento ou cúmplice que, hoje, a literatura participa da política, do poder e da história, não podendo sequer escolher que tipo de cúmplice quer ser.</p> <p>(D) É como instrumento ou cúmplice da política, do poder e da história que a literatura participa hoje, mesmo porque não escolhe o tipo de cúmplice que quer ser.</p> <p>(E) É apenas como instrumento ou cúmplice da política, do poder e da história, que a literatura participa, desde que não possa escolher que tipo de cúmplice quer ser.</p>
<p>41. Alterando-se a forma do verbo, resulta uma forma verbal com o mesmo significado em:</p> <p>(A) <i>era através dos seus escritores e intelectuais que o mundo se pensava e se entendia</i> = o mundo era pensado e entendido por meio de seus escritores e intelectuais.</p> <p>(B) <i>a literatura virou uma opção para gerais e políticos aposentados</i> = gerais e políticos aposentados transformaram a literatura em uma opção.</p> <p>(C) <i>Hoje a literatura só participa da política, do poder e da história como instrumento ou cúmplice</i> = é só como instrumento ou cúmplice que a literatura é hoje participante da política, do poder e da história.</p> <p>(D) <i>Victor Hugo empolgaria multidões com a força da palavra escrita</i> = com a força da palavra escrita, Victor Hugo teria sido empolgado pelas multidões.</p> <p>(E) <i>tinha escrito contos e poemas na juventude</i> = contos e poemas teriam sido escritos na juventude.</p>	

**Atenção:** As questões de números 44 a 49 referem-se ao texto que segue.

### O que é a CVM?

A CVM – Comissão de Valores Mobiliários – é uma entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, e autonomia financeira e orçamentária. (Redação dada pela Lei no. 10.411, de 26 de fevereiro de 2002)

A CVM surgiu com vistas ao desenvolvimento de uma economia fundamentada na livre iniciativa, tendo por princípio básico defender os interesses do investidor, especialmente o acionista minoritário, e o mercado de valores mobiliários em geral, entendido como aquele em que são negociados títulos emitidos pelas empresas para captar, junto ao público, recursos destinados ao financiamento de suas atividades.

Ao eleger como objetivo básico defender os investidores, especialmente os acionistas minoritários, a CVM oferece ao mercado as condições de segurança e desenvolvimento capazes de consolidá-lo como instrumento dinâmico e eficaz na formação de poupanças, de capitalização das empresas e de dispersão de renda e da propriedade, através da participação do público de uma forma crescente e democrática, assegurando o acesso do público às informações sobre valores mobiliários negociados e sobre quem os tenha emitido.

(Texto institucional)

44. Na ordem em que se apresentam, os três parágrafos do texto constituem, basicamente,

- (A) I. justificativa social; II. histórico da entidade; III. exposição de motivos.
- (B) I. organograma da entidade; II. declaração de princípios; III. plano de trabalho.
- (C) I. função da entidade; II. conceituação de mercado; III. estratégia administrativa.
- (D) I. declaração de princípios; II. estratégia administrativa; III. reformulação do mercado.
- (E) I. definição institucional; II. exposição de finalidades; III. explicitação de serviços.

45. No contexto em que se emprega, o elemento sublinhado em

- (A) dispersão da renda e da propriedade tem o sentido de **dissolução dos proventos**.
- (B) ausência de subordinação hierárquica significa **insurgência**.
- (C) é uma entidade autárquica significa **instituição modelar**.
- (D) Consolidá-lo como instrumento dinâmico tem o sentido de **meio ativo**.
- (E) fundamentada na livre iniciativa significa **admissão irrestrita**.

46. Está adequado o emprego de **ambas** as expressões sublinhadas na frase:

- (A) O objetivo básico em que se investe a CVM é defender os interesses do investidor, sobretudo o daquele que diz respeito ao acionista minoritário.
- (B) O desenvolvimento à que visa a CVM é o de uma economia cujo o fundamento seja a livre iniciativa.
- (C) A formação de poupanças é um dos objetivos pelos quais a CVM se mostra preocupada e aos quais não pretende jamais abrir mão.
- (D) É grande a autonomia de que faz jus uma entidade autárquica, liberada das amarras com que cerceiam outros tipos de entidade.
- (E) As informações a que a CVM dará acesso dizem respeito aos valores mobiliários negociados e aqueles que os hajam emitido.

47. Está correta a grafia de todas as palavras da frase:

- (A) É fundamental que, numa autarquia, haja a preservação de todos os meios que ensejem o desempenho de sua real autonomia – sem o quê ela se arrisca a encobrir os interesses mais excusos.
- (B) Os empreendimentos financeiros são, por natureza, complexos, exigindo alta capacitação de todos os que devem propiciar aos investidores o máximo de objetividade nas informações.
- (C) A mobilização de recursos constitui um processo que exige descortino, intuição e agilidade de quem agencie determinados investimentos – razão por que um técnico titubeante naufraga nas intempéries do mercado.
- (D) Ao se sentirem discriminados, os investidores que dispõem de poupanças consideradas ezíguas, acabam por depositar suas economias em contas de remuneração irrizória, já que não mereceram a atenção dos especialistas.
- (E) O recrudescimento do pessimismo quanto ao mercado de ações ocorre em situações que os bons profissionais sabem analisar; por isso, embora se recomende agilidade nas iniciativas, é imperdoável o assodamento nas resoluções.

48. O verbo entre parênteses deverá ser flexionado numa forma do **plural** para se integrar adequadamente à seguinte frase:

- (A) Embora ainda não (FAZER) dois meses que ocorreu aquela crise, os operadores da Bolsa parecem tê-la esquecido.
- (B) A todos que necessitam de boas orientações (RECOMENDAR-SE) que se valham das instruções dos especialistas.
- (C) Se o resultado das iniciativas de nossos operadores (DECEPCIONAR) nossos clientes, estaremos em maus lençóis.
- (D) A muita gente (FALTAR), no momento de uma decisão crítica, os bons préstimos do acompanhamento de um profissional da CVM.
- (E) Não se (DEVER) imputar aos investidores mais ingênuos a responsabilidade por certas crises do mercado financeiro.

49. Considere as seguintes afirmações:

- I. A CVM é uma entidade autárquica.
- II. O princípio básico da CVM é defender especialmente os interesses do acionista minoritário.
- III. A CVM defende a livre iniciativa.

Essas afirmações estão articuladas de modo coerente, claro e correto no seguinte período:

- (A) A CVM, uma entidade autárquica que se põe em defesa da livre iniciativa, tem por princípio básico resguardar sobretudo os interesses do acionista minoritário.
- (B) Sendo uma entidade autárquica e defendendo a livre iniciativa, o princípio básico da CVM está na defesa dos principais interesses dos acionistas minoritários.
- (C) Como tem por princípio básico a defesa preponderante dos interesses do acionista minoritário, a CVM é uma entidade autárquica que vai de encontro à livre iniciativa.
- (D) Uma vez que defende a livre iniciativa, a CVM é uma entidade autárquica cuja prioridade constitui-se na defesa dos interesses maiores do acionista minoritário.
- (E) Conquanto seja uma entidade autárquica, prioritariamente na defesa dos interesses do acionista minoritário, a CVM põe-se igualmente a defender toda livre iniciativa.

**Atenção:** As questões de números 50 a 55 referem-se ao texto que segue.

**[Indivíduo e sociedade]**

*O conceito abstrato de “sociedade” significa, para o ser humano individual, a soma total de suas relações diretas e indiretas com seus contemporâneos e com todos os que viveram nas gerações anteriores. O indivíduo é capaz de pensar, sentir, lutar e trabalhar por si mesmo; mas depende a tal ponto da sociedade – em sua existência física, intelectual e emocional – que é impossível pensar a si mesmo ou compreender-se fora da estrutura da sociedade. É a “sociedade” que provê o homem de alimento, roupas, moradia, instrumentos de trabalho, língua, formas de pensamento e da maior parte dos conteúdos de pensamento; sua vida torna-se possível graças ao trabalho e às realizações dos muitos milhões de homens que já viveram ou ainda vivem, todos ocultos por trás da pequena palavra “sociedade”.*

(Albert Einstein, **Escritos da maturidade.**)

50. Considere as seguintes afirmações:

- I. O homem depende a tal ponto da vida em sociedade que não é capaz de desenvolver pensamentos originais.
- II. O conceito de “sociedade” é uma abstração, mas nele se traduz a complexa trama de relações concretas entre os homens.
- III. Não há formação de um indivíduo que não pressuponha realizações humanas em tempos passados.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) II, somente.

51. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:

- (A) Todos nós nos provemos de roupas e utensílios que, de algum modo, proviram de nossos antepassados.
- (B) Se um indivíduo não reter em seu pensamento idéias já trabalhadas em outros tempos, perder-se-á a riqueza das experiências, esvaziar-se-á a tradição da filosofia.
- (C) Ainda que aja de modo independente, o homem institui com seu comportamento um sistema de relações com a cultura em que se inclui.
- (D) Se não virmos a deter a barbárie de certos hábitos, arriscar-nos-emos a perder valores inestimáveis de nossa civilização.
- (E) Se não determos a barbárie de certos hábitos, logo deixaremos de reconhecer em nossos dias os valores sociais de nossos antepassados.

52. No último período do texto (*É a sociedade que provê... por trás da pequena palavra sociedade.*),

- (A) *sua vida* refere-se a “*sociedade*”.
- (B) *todos* refere-se ao conjunto dos elementos de que o homem se provê.
- (C) *sua vida* refere-se a *conteúdos de pensamento*.
- (D) *de alimento* articula-se imediatamente com *provê*.
- (E) *provê* corresponde a uma ação de *o homem*.

53. Expressa-se uma relação de causa e efeito na seguinte frase:

- (A) Embora seja um conceito abstrato, a palavra *sociedade* enfeixa um conjunto de realizações materiais.
- (B) Fatalmente integrado na *sociedade*, o homem não é capaz de pensar a si mesmo fora dela.
- (C) Não há dúvida de que, apesar de tudo o que deve à vida em *sociedade*, um indivíduo é capaz de criar muita com sua marca pessoal.
- (D) Pode-se imaginar um homem que nada deva aos valores que formaram as gerações precedentes?
- (E) O homem cria muitas coisas a partir das iniciativas próprias, sem por isso deixar de dever muito às conquistas de seus antepassados.

54. No contexto a que serve, a expressão *depende a tal ponto* pode ser traduzida, sem prejuízo do sentido, pela expressão

- (A) é de tal modo dependente.
- (B) é bastante dependente.
- (C) é tão dependente quanto.
- (D) tem tal forma de dependência.
- (E) tal como é dependente.

55. A frase que precisa ser **reconstruída**, por apresentar problemas em sua estruturação, é:

- (A) Provendo os homens de tudo o que necessitam, a cultura social acaba por integrar a identidade mesma de cada indivíduo.
- (B) Nenhum indivíduo pode se gabar de sua absoluta autonomia como sujeito, já que há nele marcas inalienáveis da vida social.
- (C) Caso não fôssemos indivíduos fadados a viver em sociedade, todos poderíamos encontrar prazer na solidão absoluta.
- (D) Na língua, nas formas do pensamento, no conteúdo das idéias – em toda parte encontram-se legados dos que viveram antes de nós.
- (E) Por onde quer que procuremos, os homens se deparam com valores que comprovam nossa dependência dos antepassados.

## INGLÊS TÉCNICO

**Atenção:** Leia o texto abaixo para responder às questões de números 56 a 60.

*From the IPO to the First Trade: Is Underpricing Related to the Trading Mechanism?*

Sonia Falconieri, Albert Murphy and Daniel Weaver

*As documented by a vast empirical literature, IPOs are characterized by underpricing. Most of the theoretical literature has linked the size of underpricing to the IPO procedure used on the primary market. In this paper, by using a matched sample of NYSE and Nasdaq IPOs, we show that the size of underpricing also depends on the trading method used in the IPO aftermarket.*

*There are two major methods of opening trading of initial public offerings (IPOs) in the U.S. The NYSE is an order-driven market <sup>56</sup> a call auction allows supply and demand to be aggregated (at one location) prior to the start of trading. <sup>57</sup>*

*Nasdaq is a quote-driven market. Dealers can only specify their best quotes, and participants have <sup>58</sup> idea of supply and demand away from the inside quotes.*

*We propose a new proxy for ex ante uncertainty of firm value and test it. Our results show that there is a larger level of uncertainty at the beginning of trading on Nasdaq than on the NYSE. This in turn is associated with larger levels of underpricing for Nasdaq IPOs. We suggest that this may be due to the different informational efficiency of the two trading systems.*

(<http://www.nyse.com/marketinfo/p1020656068262.html?displayPage=%2Fmarketinfo%2Fmarketinfo.html>)

**Instruções:** Para responder às questões de números 56 a 58, assinale, na folha de respostas, a letra correspondente à alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto apresentado.

- 56. (A) which
- (B) that
- (C) where
- (D) when
- (E) whose

57. (A) Likewise  
 (B) Although  
 (C) By the same token  
 (D) Therefore  
 (E) In contrast

58. (A) no  
 (B) any  
 (C) some  
 (D) many  
 (E) small

59. In the text, an adequate synonym for prior to is  
 (A) after.  
 (B) more important.  
 (C) exactly.  
 (D) before.  
 (E) approximately.

60. O texto acima é  
 (A) um trecho de um artigo jornalístico.  
 (B) o resumo de um trabalho acadêmico.  
 (C) um informativo sobre operações na Bolsa de Valores.  
 (D) um alerta contra o perigo das negociações na Nasdaq.  
 (E) parte de um manual para iniciantes sobre negociações na Bolsa.

**Atenção:** Leia o texto abaixo para responder às questões de números 61 a 70.

**The hard cell**

*Thanks to politics, stem cell research in the United States is suffering. But not so in Sweden, which is poised to capture what could be the biggest new market to hit biotech in a decade.*

By Stephan Herrera  
 February 13, 2003

New York, January 1, 2006:

Sweden announces that one of its biotechnology companies is the first in the world to enter clinical trials with a new drug that could cure Alzheimer's disease. Four years ago this type of research was all but stopped in the United States by political and ethical questions – which is ...<sup>61</sup> Sweden now seems in the best position to capture a \$25 billion market.

*Any day now, the U.S. Congress is expected to pass a sweeping new law that could dramatically inhibit researchers*

*from working with stem cells taken from human embryos. Such cells, which can be used to grow a whole host of new cells and organs, could fundamentally change the way we treat heretofore intractable maladies like Alzheimer's disease, Parkinson's disease, cancer, stroke, liver failure, and heart disease. The only problem is that these cells by definition are derived from human embryos, many of which are cloned or come from unused fetuses collected at fertility clinics. The argument, from a certain segment of the American political spectrum, is that ...<sup>62</sup> methods are morally wrong. They are ...<sup>63</sup> a form of abortion or an activity that could eventually lead to human cloning.*

*Those working in stem cell research say the short-term effect of the legislation will be to further chill all forms of scientific inquiry and commercialization efforts in the field. Entrepreneurs and investors are already eschewing such research – in large part because of the additional uncertainty and risk that politics introduce.*

*Of the nearly 50 private stem cell companies in the United States, only a handful are still viable. Meanwhile, across the Atlantic, Sweden has avoided many of the political and ethical quagmires surrounding this type of research. It currently has 40 private stem cell companies, a number that's growing. Sweden's leading research universities have 32 percent of the world's stem cell inventory, close on the heels of the United States' 35 percent.*

*Sweden, say analysts, is now in the best position to capture a worldwide market for drugs based on stem cell therapies that could grow to \$25 billion in the next three to five years – nearly equal to the whole biotech industry at present. This estimate doesn't even address the market for stem cells capable of repairing damaged vital organs like the brain, heart, and kidneys. If the United States offers an object lesson of what can happen when scientific inquiry and investment capital fall*

victim to politics, Sweden and its leading stem cell startup, NeuroNova, offer the opposite example. How odd that the United States, which for generations has been the envy of the world for its progressive views of science and commercialization, should now have a biomedical climate chillier than a Swedish winter.

One company feeling a lot of pain is StemCells, which at first glance seems to have it all: founding scientists include Stanford's Dr. Weissman and Fred Gage of the Salk Institute in La Jolla, California. An equally well-regarded expert in the treatment of Alzheimer's, Dr. Gage spent five years in Sweden as a researcher and now sits on a national committee on stem cell research there. The firm's chairman is Roger Perlmutter, Amgen's head of research.

Yet over the past two years, none of management's efforts to help investors and even critics reconsider the stem cell field have worked. At press time, the stock was thinly traded and sitting in the neighborhood of 50 cents. With less than \$15 million in cash, the company likely won't exist at this time next year. (CEO Martin McGlynn, who joined the firm in January 2001, would not talk to **Red Herring**, despite repeated efforts.)

Some observers on Wall Street are asking, *If StemCells can't make it, who can? Geron, the only other publicly held stem cell firm to speak of, is in a fix, too. The company's stock price is also moribund, at \$3.85 per share. Thanks to some capital infusions a few years ago, when money came easy, Geron still has \$40 million on hand, but by the end of next year, that too will likely be gone. Once a media darling, Geron focuses on diagnostic tests and drugs derived from stem cells, a strategy that's not going well. For the nine months ended last September, revenue fell 68 percent to \$955,000 and net loss widened 18 percent to \$26.7 million. The company's financials were also hit hard after it terminated an agreement with Pharmacia and*

*acquired research technology from Lynx Therapeutics, which Geron bought in a desperate attempt to be seen as something more than just a stem cell company.*

*The situation is quite different, however, for Sweden's NeuroNova, which has 30 academic partners and a staff of 20. NeuroNova is working on ways to inject stem cells into the human brain to trigger a process called neurogenesis (the growth of new neural cells), which could combat diseases like Parkinson's, Alzheimer's, and even schizophrenia.*

*If NeuroNova is the first to develop a drug capable of treating one of several central nervous system disorders – by far the most lucrative after heart disease products – it will have done so not because it raised more money or got more media buzz than the rest. It will have succeeded because the science is solid, and academe, government, and the investment community are supportive. Meanwhile, the United States will look on with envy and wonder how it, a country known for its entrepreneurial innovation, ever got so short-sighted.*

(Adapted from <http://www.redherring.com/investor/2003/02/biotech021303.html>)

**Instruções:** Para responder às questões de números 61 a 63, assinale, na folha de respostas, a letra correspondente a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto apresentado.

61. (A) then  
(B) because  
(C) however  
(D) why  
(E) so

<p>62. (A) both</p> <p>(B) all</p> <p>(C) once</p> <p>(D) twice</p> <p>(E) two</p>	<p>67. De acordo com o texto,</p> <p>(A) nos últimos dois anos todos os esforços para que os investidores voltassem a investir na StemCell foram infrutíferos.</p> <p>(B) até mesmo os críticos das pesquisas com células-tronco voltaram a considerar a possibilidade de trabalhar nesse campo nos Estados Unidos.</p> <p>(C) apesar da pouca movimentação, as ações da StemCell apresentaram ligeira elevação, chegando a 50 centavos de dólar.</p> <p>(D) é bastante provável que, com um caixa de US\$15 milhões, a StemCell consiga sobreviver mais um ano, pelo menos.</p> <p>(E) depois de repetidos esforços, o <i>Red Herring</i> conseguiu uma entrevista com o CEO da StemCells.</p>
<p>63. (A) neither</p> <p>(B) either</p> <p>(C) nor</p> <p>(D) or</p> <p>(E) too</p>	<p>68. Segundo o texto, a Geron</p> <p>(A) é a mais forte concorrente da StemCells.</p> <p>(B) comprou tecnologia da Lynx Therapeutics para mudar sua imagem.</p> <p>(C) teve investimentos substanciais há alguns anos, o que lhe permitirá superar sua crise atual.</p> <p>(D) conseguiu diminuir em 18% seu prejuízo líquido.</p> <p>(E) baixou o preço de suas ações para US\$3,85, num esforço desesperado para atrair investidores.</p>
<p>64. The underlined adverb <u>now</u> refers to year</p> <p>(A) 1999.</p> <p>(B) 2002.</p> <p>(C) 2003.</p> <p>(D) 2006.</p> <p>(E) 2007.</p>	<p>69. O autor do artigo</p> <p>(A) acredita que os Estados Unidos estão perdendo seu lugar como líder das pesquisas com células-tronco.</p> <p>(B) apóia a política do governo americano em relação à pesquisa com células-tronco.</p> <p>(C) é de opinião que os Estados Unidos e a Suécia deveriam juntar esforços nas pesquisas com células-tronco.</p> <p>(D) é contra a pesquisa com células-tronco por questões morais.</p> <p>(E) é a favor das pesquisas com células-tronco, desde que essas não sejam provenientes de seres humanos.</p>
<p>65. No texto, <u>to further chill all forms of scientific inquiry</u> significa</p> <p>(A) incentivar qualquer pesquisa científica.</p> <p>(B) aumentar o patrocínio de todos os tipos de pesquisas científicas.</p> <p>(C) diminuir ainda mais todas as formas de investigação científica.</p> <p>(D) interromper temporariamente todos os tipos de inquéritos científicos.</p> <p>(E) impedir toda e qualquer forma de trabalho científico.</p>	<p>70. To say that the U.S. has a biomedical climate that is <u>chillier than a Swedish winter</u> implies that</p> <p>(A) U.S. winters are milder than Sweden's.</p> <p>(B) it's better to live in Sweden during the winter.</p> <p>(C) biomedical research is more active in Sweden.</p> <p>(D) biomedical research in the U.S. tends to develop more during the winter.</p> <p>(E) the U.S. and Sweden are equally involved in biomedical research.</p>